



APRAM com nota positiva em auditoria

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

O Tribunal de Contas (TdC) deu 'nota positiva' à Administração dos Portos da Madeira (APRAM) na auditoria de fiscalização concomitante sobre as despesas em actos e contratos não sujeitos a fiscalização prévia durante o ano de 2012, ano em que grande parte foi sob gestão de Bruno Freitas, substituído em Novembro por Alexandra Mendonça.

Embora comece por salientar que a APRAM não divulgou no Jornal Oficial as informações detalhadas do currículo e qualificações dos membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2011-2013, salientou que no que toca à admissão e gestão de pessoal nas carreiras e categorias gerais e específicas, incluindo as restrições, foi cumprida a lei na generalidade, o mesmo acontecendo no processamento de abonos e os descontos obrigatórios.

No que toca aos procedimentos administrativos, de acompanhamento e controlo, e organizacionais na área de abonos e descontos obrigatórios, vigoraram as normas internas escritas em conformidade com a lei, incluindo nas notas positivas o facto de as acumulações de funções privadas existentes em 2012, apesar de terem sido autorizadas pelo Conselho de Administração da APRAM, não foram devidamente fundamentados pelos interessados.

No que toca à aquisição de bens e serviços, "pese embora a APRAM não tenha procurado convidar mais do que uma entidade a apresentar proposta nos casos em que adoptou o ajuste directo, teve a preocupação de optar pelo concurso público



Gestão de Bruno Freitas/Alexandra Mendonça (na foto) em 2012 teve nota global positiva. FOTO ARQUIVO

quando a isso não se encontrava legalmente obrigada, em função do preço base fixado para os procedimentos, o que denota a preocupação de fomentar a concorrência no mercado e de, com isso, obter melhores ofertas", frisa o TdC, entre outras medidas, destacando-se o facto de "as facturas emitidas por conta da execução dos trabalhos em 3 das 4 empreitadas analisadas não foram pagas nos prazos fixados", o que pode "conduzir ao aumento dos custos" associados, nomeadamente "por via do vencimento de juros de mora".

A contratação de três serviços de

TRIBUNAL DE CONTAS APONTOU MAIS PRÓS QUE CONTRAS DOS 'PORTOS DA MADEIRA' NO ANO DE 2012

advocacia, em que não foram cumpridas as regras de contratação, embora corrigidas em determinada medida, poderiam configurar "infracções financeiras geradoras de responsabilidade sancionatória", facto descartado pelo TdC.

De referir que no que toca aos gastos operacionais entre 2011 e 2012, a APRAM cortou mais de 1,9 milhões de euros, para mais de 22,2 milhões de euros ou -8%, sendo que 60,5% desse montante global foi gasto na amortização de activos e com o serviço da dívida de médio e de longo prazo contraídos para fazer face aos projectos do seu plano de investimentos, no que toca a obras marítimo-portuárias nos portos do Caniçal e Moniz, os portos de Recreio de Machico e de Santa Cruz, a grande reparação do Porto do Porto Santo e a Gare Marítima da Madeira, no Funchal.



APRAM
com nota
positiva em
auditoria